

**INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO
DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE
BRASILEIRO**

**INSERTION OF IMMIGRANTS IN THE LABOR MARKET OF
SMALL MUNICIPALITIES IN SOUTHEASTERN BRAZIL**

**INSERCIÓN DE INMIGRANTES EN EL MERCADO DE
TRABAJO EN LOS MUNICIPIOS DEL PEQUEÑO PORTE DEL
SUDESTE BRASILEÑO**

Nayhara Freitas Martins Gomes¹
nayhara_martins@yahoo.com.br

Ralfo Edmundo da Silva Matos²
ralfomatos@gmail.com

Carlos Fernando Ferreira Lobo³
carlosfflobo@gmail.com

RESUMO

A região Sudeste, centro econômico e financeiro do Brasil em todo o século XX, responde por uma parcela expressiva da economia brasileira. Em 2010, essa região possuía 1.668 municípios, dentre eles grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, que envolvem uma extraordinária infraestrutura produtiva. Este estudo objetivou analisar a redistribuição da força de trabalho migrante nos pequenos municípios da região Sudeste, nas três últimas décadas, com o intuito de apontar novas tendências de reordenamento de atividades econômicas nestas localidades. A partir do levantamento dos dados do censo demográfico de 1991, 2000 e 2010, obteve-se uma amostra composta por 754.432 imigrantes ocupados nos 1.429 pequenos municípios (com população inferior a 50.000 habitantes). Os resultados permitiram indicar aspectos amplos do comportamento econômico regional no Sudeste brasileiro e demonstraram a existência de arranjos espaciais compostos por pequenos municípios protagonistas de práticas não unicamente centradas na agricultura, como em outrora.

Palavras-chave: População migrante ocupada; Mercado de trabalho; Pequenos municípios.

ABSTRACT

The Southeast region, economic and financial center in Brazil throughout the 20th century, accounts for a significant proportion of the Brazilian economy. In 2010, this region had 1,668 municipalities, including large metropolises such as São Paulo and Rio de Janeiro, which involve an extraordinary productive infrastructure. This study aimed to analyze the redistribution of workforce

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professora Interina da UNEMAT, Campus Sinop/MT.

² Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências UFMG.

³ Professor Associado do Departamento de Geografia do IGC/UFMG e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG.

migrant in the small municipalities of the Southeast in the last three decades, in order to point out new economic trends, as well as to reflect on the role of these municipalities as emerging centralities. Based on the data collected from the 1991, 2000 and 2010 demographic census, a sample of 754,432 immigrants occupied in 1,429 small municipalities (with a population of less than 50,000 inhabitants). The results allowed to indicate broader aspects of the regional economic behavior in the Southeast of Brazil and demonstrated the existence of spatial arrangements composed of small municipalities protagonists of practices not solely focused on agriculture, as in the past.

Keywords: Migrant population occupied; Market place; Small municipalities.

RESUMEN

La región Sudeste, el centro económico y financiero de Brasil en todo el siglo XX, representa una proporción significativa de la economía brasileña. En 2010, esta región tenía 1,668 municipios, incluidas grandes metrópolis, como São Paulo y Río de Janeiro, que involucran una infraestructura productiva extraordinaria. Este estudio tuvo como objetivo analizar la redistribución de la fuerza laboral migrante en las pequeñas ciudades del Sudeste, en las últimas tres décadas, para señalar nuevas tendencias económicas, así como para reflexionar sobre el papel de estas ciudades como centralidades emergentes. A partir de los datos en los censos demográficos de 1991, 2000 y 2010, se obtuvo una muestra de 754.432 inmigrantes ocupados en 1.429 pequeños municipios (con una población inferior a 50.000 habitantes). Los resultados permitieron indicar aspectos generales del comportamiento económico regional en el sureste de Brasil y demostraron la existencia de arreglos espaciales compuestos por pequeños municipios que son protagonistas de prácticas no solo centradas en la agricultura, como en el pasado.

Palabras clave: Población migrante ocupada; Mercado de trabajo; Pequeños municipios.

INTRODUÇÃO

A região Sudeste é territorialmente diversa e possui uma extraordinária infraestrutura produtiva. Ela é responsável por concentrar cerca de metade do que é produzido no Brasil e em 2010, conforme o IBGE, possuía 1.668 municípios⁴ que reuniam as principais cidades de grande e médio porte do país, além de 1.430 pequenos municípios (85,7% do total), o que permite o delineamento de uma rede urbana sofisticada, densa e vascularizada por amplas cadeias de produção e consumo (GOMES et al., 2017). Esses núcleos urbanos reforçam o fato do Sudeste ser a região mais dinâmica do ponto de vista econômico e demográfico, embora sua população tenha reduzido o ritmo de crescimento ao longo das últimas décadas.

Como versava Milton Santos (2001), a região concentrada da qual o Sudeste faz parte, possui a maior densidade de população, capital e técnica centralizando a presença do meio técnico-científico-informacional em território nacional. Contudo, sua extensão geográfica agrega municípios com distintas disparidades socioeconômicas, embora nas

⁴ Dos 5.565 municípios brasileiros, 4.982 são considerados pequenos municípios com população inferior a 50 mil habitantes (89,5%), porém esses detêm apenas 22,2% do volume total da população brasileira.

últimas décadas, os municípios de pequeno porte têm se destacado diante deste contexto regional, o que explica em certa medida, a redução de participação dos grandes centros urbanos nos totais da população brasileira, como assinala Gomes et. al, (2021).

Com tal referência, investigar essa heterogeneidade no Sudeste é relevante, sobretudo, por analisar as correlações entre população e economia. Tendo isso em vista, os dados censitários dos últimos 30 anos mostram áreas mais ou menos dinâmicas em termos econômicos, a ponto de sinalizar a existência de agrupamentos de desenvolvimento na região mais rica do Brasil?

De posse de tais constatações iniciais, o objetivo deste estudo é avaliar a redistribuição da força de trabalho migrante nos pequenos municípios da região Sudeste nos decênios 1991/2000 e 2000/2010, com o intuito de apontar novas tendências de reordenamento de atividades econômicas nestas localidades, bem como refletir sobre a diversificação dessas práticas produtivas correlacionadas ao comportamento migratório recente.

Acredita-se que as variáveis demográficas, principalmente no que tange aos comportamentos de migração interna somados a outras variáveis como população ocupada por setores, sua composição etária e renda podem auxiliar no entendimento do reordenamento espacial que a região tem experimentado nas últimas décadas. Esta análise não é nova no universo acadêmico, embora seja muito mais abrangente ao dar conta de múltiplos processos que atuam no tempo e no espaço.

Como apontou Matos et al., (2016) e Matos; Ferreira (2017), uma plêiade de municípios de pequeno porte se destacam nas últimas décadas por experimentarem crescimento demográfico superior ou similar aos municípios mais populosos (que apresentaram crescimento populacional baixo, porém positivo). Diante de tal fato, cabe indagar: ao se pensar os municípios por classes de tamanho, o que eles possuem de especial e quais são as singularidades no Sudeste do ponto de vista da distribuição das atividades econômicas por grupos ocupacionais?

MIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Estudos sobre migração produzidos nas últimas décadas refletem sobre a inexistência de uma teoria geral que dê conta de explicar o fenômeno migratório (RENER;

PATARRA, 1980; PATARRA; CUNHA, 1987; MASSEY, 1990; NOGUEIRA, 1991). Contudo, isso ocorre em função da variedade de motivações, das divergências teórico-conceituais e analíticas a respeito da multiescalaridade da mobilidade humana no espaço (DAVIS, 1989; SOARES, 2004, BRAGA, 2011).

Vários modelos teóricos analisaram desde meados do século passado, a redistribuição da população pelo espaço. Becker (1997) aponta para a necessidade de entender o processo migratório através dos enfoques neoclássico e histórico-estruturalista. O primeiro concebe o fenômeno migratório como um processo representado apenas por deslocamentos espaciais de trabalhadores no meio geográfico, ligados ao equilíbrio econômico e à função do trabalho e desconsidera a dimensão histórica, como discutiram Todaro (1969); Ravenstein (1980) e Lee (1980).

A segunda perspectiva estabelece uma correlação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento regional influenciado por mecanismos de mercado. Na visão de Paul Singer (1980), a preocupação em entender o fenômeno de forma global parte do pressuposto de que a migração é um elemento da acumulação de capital e dessa forma, grupos e classes sociais sofrem as implicações da força das estruturas sociais. Para o autor, os fluxos migratórios são distintos em função das diversas condições e contextos históricos e respondem a um conjunto de causas e consequências próprias condicionadas pelo modo de produção vigente. Cabe também destacar as contribuições de Jean Paul de Gaudemar (1976) a respeito da mobilidade do trabalho. O autor argumenta que o capital é o sujeito do processo migratório, ou seja, o trabalho tem mobilidade por ter sido transformado em mercadoria (a força de trabalho). No ponto de vista do autor, os trabalhadores não são meros objetos a serviço do capital, mas internalizam as transformações e necessidades do mercado de trabalho mobilizando voluntariamente em busca de postos de trabalho.

Para Martine (1994) até a década de 1930, a população brasileira estava concentrada em pontos isolados residindo em sua maioria, no campo. Com a crise econômica mundial de 1930, iniciou-se um processo migratório interno, com características diferentes: nas décadas de 1940 e 1950, houve um fluxo de migrantes para o oeste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e sudeste do Mato Grosso. Entre 1950 a 1960, muitas pessoas se deslocaram incentivadas pelo governo brasileiro visando o avanço da fronteira agrícola nos estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, bem como a construção da nova capital federal. Na década de 1970, o Estado investiu no incentivo ao pequeno produtor e ao grande capital

para migrar em direção à região Amazônica, no intuito de ocupar essa região e dinamizar a sua economia.

A partir da década de 1990, a migração no Brasil tem ganhado novas organizações como a redução paulatina do crescimento populacional das grandes cidades em relação às cidades médias e às pequenas, influenciada pela mudança de destino de muitos trabalhadores (SANTOS, 1994), como também pela migração de retorno.

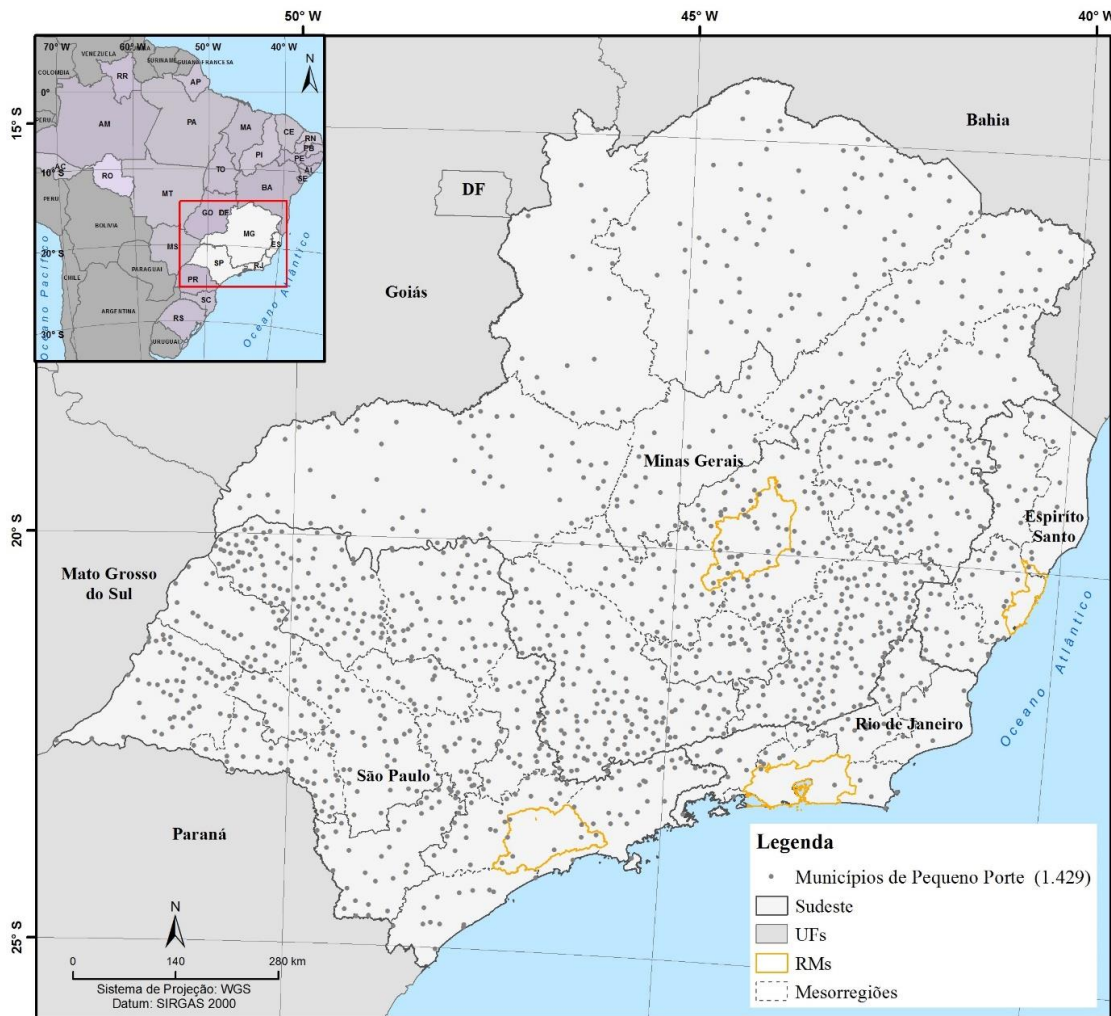
A migração interna, tal como a externa, não decorre unicamente do simples desejo de mudar de área. Damiani (1998), ao comentar sobre a visão de Pierre George a respeito da migração, argumenta que esse autor, fala de migração não só como um deslocamento humano, mas como irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma estrutura social. Logo, uma forte influência no aumento dos fluxos migratórios tem sido atribuída ao mercado de trabalho (MOREIRA; SANTOS, 2016).

As perspectivas de análise dos fluxos migratórios tendem a explicações essencialmente gerais, algumas por superestimar o poder do indivíduo, outras pelo excessivo determinismo econômico em suas discussões sobre os fluxos populacionais. Tal como afirma Braga (2006, p.80), a vinculação de todas as explicações ao processo de acumulação de capital, torna os fluxos invariavelmente mais importantes que os indivíduos. Esse artigo reconhece a importância da teoria neoclássica, mas admite frente aos objetivos propostos, a aproximação com alguns aspectos da corrente histórico-estruturalista ao dar enfoque aos fluxos de imigrantes no mercado de trabalho dimensionados pelos dados secundários do IBGE, sem desconsiderar a influência de outros processos, como os de natureza social e cultural.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca de compreender os aspectos econômicos dos municípios de pequeno porte (MPP) sob a ótica da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, a amostra em análise é constituída por 754.432 imigrantes ocupados nos 1.429 pequenos municípios (com população inferior a 50.000 habitantes) do Sudeste brasileiro. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 787 municípios estavam distribuídos em Minas Gerais, 521 em São Paulo, 66 no Espírito Santo e 55 no Rio de Janeiro. Na Figura 1 em sequência, é possível visualizar estas localidades na superfície territorial do Sudeste.

Figura 1- Localização dos municípios de pequeno porte (MPP) do Sudeste



Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Dados trabalhados

Para se obter o estoque populacional e volume de imigrantes ocupados, bem como a composição por setor ocupacional, idade, sexo e renda foram utilizados os microdados das amostras dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. A definição de migrante levou em consideração a classificação proposta pelo IBGE. Os migrantes são os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre os municípios nos períodos analisados. Neste sentido, utilizou-se o critério de data-fixa que compreende como migrante todos os indivíduos que declararam um município de residência, diferente daquele no qual residiam, cinco anos antes à data do censo (CARVALHO; RIGOTTI, 2015). Assim, o total de imigrantes ocupados foi obtido por meio do cruzamento do quesito data- fixa e local de residência atual.

O Censo Demográfico constitui-se como a única fonte de informação com dados de migração em nível municipal, assegurando que os deslocamentos intraestaduais do possam ser examinados, além das outras inúmeras potencialidades analíticas para as mais diversas áreas (CUNHA, 2012).

Para os propósitos deste trabalho, levantou-se o volume dos imigrantes ocupados nos pequenos municípios e em outros municípios de maior porte populacional. Vale salientar que foram excluídos da amostra os imigrantes com menos de 10 anos de idade, já que a migração deste grupo tende a ser familiar e por conseguinte, a motivação do deslocamento não está diretamente relacionado com o desenvolvimento econômico. A descrição das ocupações dos imigrantes seguiu as referências do IBGE (2013, p. 19), que utiliza a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), tendo como parâmetro a *International Standard Classification of Occupations – ISCO-08*.

PERFIL GERAL DO IMIGRANTE OCUPADO DO SUDESTE

A análise da relação entre população migrante ocupada e mercado de trabalho nos municípios de pequeno porte fornece um panorama da ocupação no Sudeste, além de permitir verificar o peso relativo das atividades econômicas preponderantes nesta região. Logo, os movimentos populacionais de um determinado lugar estão intrinsecamente relacionados com o desempenho da sua atividade econômica.

Neste sentido, Da Mata et al., (2007) fornece ricas contribuições ao discutir que regiões com um mercado de trabalho mais dinâmico e com maiores remunerações atraem um maior número de pessoas. As cidades com maior nível de amenidades (clima, pouca instabilidade social, tal como violência etc.) podem também exercer uma força atrativa de migrantes.

O quesito ocupação investiga o ofício que o imigrante exercia no trabalho principal na semana de referência do recenseamento. De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 1), o volume de imigrantes ocupados nos grandes centros urbanos do Sudeste vem sofrendo decréscimo, ao passo que os municípios de porte intermediário e pequeno (tanto de alta quanto de baixa densidade demográfica) apresentam acréscimos de população imigrante ocupada. Essa constatação vai ao encontro com Baeninger (2000) quando afirma que o movimento migratório da metrópole em

direção ao interior se intensifica, elevando a dispersão populacional e a desconcentração espacial das atividades econômicas no Sudeste.

Tabela 1- Municípios do Sudeste por classes de tamanho e densidade, população absoluta com 10 anos ou mais, imigrantes ocupados e participação relativa dos imigrantes ocupados em 1991, 2000 e 2010

Classes de tamanho por densidade	1991			2000			2010		
	População com 10 anos ou mais	Imigrantes Ocupados	%	População com 10 anos ou mais	Imigrantes Ocupados	%	População com 10 anos ou mais	Imigrantes Ocupados	%
Grande Porte	17.946.738	735.368	26,8	19.963.804	679.425	23,9	22.375.854	627.651	21,2
Intermediário de Alta Densidade	14.434.485	1.090.384	39,7	18.986.941	1.149.548	40,4	23.028.481	1.216.887	41,1
Intermediário de Baixa Densidade	6.217.178	322.474	11,7	7.430.877	333.333	11,7	8.773.393	364.403	12,3
Pequeno Porte de Alta Densidade	472.543	43.821	1,6	806.289	65.897	2,3	1.056.136	75.930	2,6
Pequeno Porte de Baixa Densidade	10.729.821	555.894	20,2	12.592.178	616.737	21,7	14.294.395	678.502	22,9
Total	49.800.765	2.747.941	100	59.780.089	2.844.940	100	69.528.259	2.963.373	100

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados trabalhados

Havia no Sudeste, em 2010, 38.111.801 pessoas ocupadas. Destes, 2.963.373 pessoas eram imigrantes, sendo 754.432 ocupados nos pequenos municípios (somados os de alta e baixa densidade). Portanto, a participação relativa da migração de pessoas ocupadas nos pequenos municípios (25,4%) supera o volume dos grandes centros urbanos (21,2%), apesar da participação relativa da migração em todos os municípios estar reduzindo. Essa é uma evidência importante, pois sinaliza que muitos pequenos municípios vêm se afirmando como unidades territoriais de atração populacional.

Matos; Ferreira (2017) fazem alusão a este processo quando discorrem que há nos quatro estados do Sudeste, espaços que reúnem municípios com menos de 50 mil habitantes ou entre 50 a 100 mil habitantes, onde a imigração aumentou nas últimas décadas, especialmente em áreas fora das regiões metropolitanas.

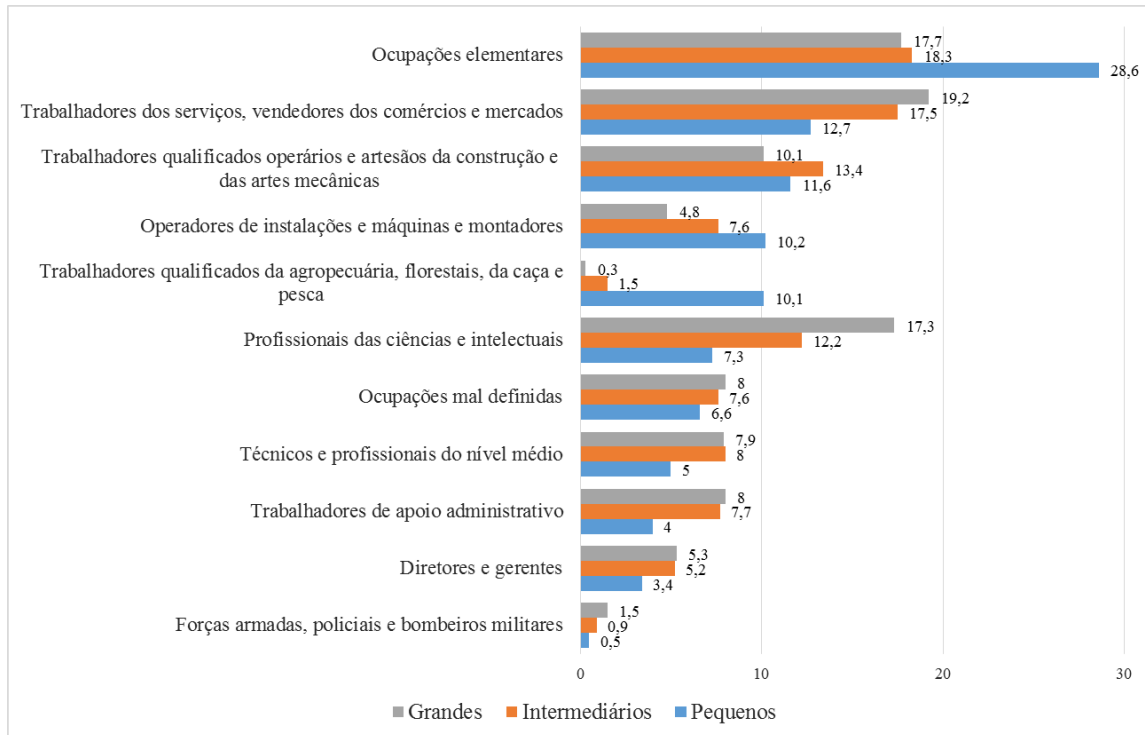
Os aspectos aqui tratados relacionam migração e mercado de trabalho ao desenvolvimento econômico de pequenos municípios, bem como algumas razões que podem explicar a atração de migrantes exercida por estas localidades.

A expansão do ritmo de ocupação dos imigrantes nos municípios do Sudeste é diferenciada (Figura 2) em função da necessidade de incorporação dos trabalhadores nas atividades econômicas. O segmento que alocou o maior contingente de mão de obra imigrante nos MPP foi o de ocupações elementares⁵ com 216.045 pessoas e participação

⁵ As ocupações elementares abrangem os trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos. Lavadores de veículos, janelas, roupas e outras limpezas manuais. Trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca e florestais, trabalhadores

relativa de 28,6%. Nos de porte intermediário 289.652 pessoas com participação relativa de 18,3%. Enquanto nos municípios de maior porte populacional, o setor terciário (comércio e prestação de serviços) foi responsável por empregar 120.465 dos imigrantes (19,2%).

Figura 1- Imigrantes por grupos ocupacionais nos municípios do Sudeste



Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Dados trabalhados

Ao concentrar a análise nas práticas econômicas preponderantes nos pequenos municípios, os dados apontam o aumento da importância dos trabalhadores inseridos no setor secundário (indústria e construção civil). Ao observar os trabalhadores qualificados operários, artesãos da construção e das artes mecânicas, nota-se que 13,4% deles estão concentrados nos municípios intermediários, acompanhado dos pequenos municípios com 11,6% dos imigrantes ocupados neste setor, sendo 10,2% dos trabalhadores operadores de instalações, máquinas e montadores residem nos pequenos municípios.

elementares da mineração, da construção, da indústria de transformação e do transporte, trabalhadores elementares da indústria de transformação. Trabalhadores elementares do transporte e armazenamento. Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins. Vendedores ambulantes (exclusive de serviços de alimentação). Ajudantes de preparação de alimentos coletores de lixo, material reciclável e varredores.

Estes dados apontam para uma informação relevante: os pequenos municípios do Sudeste vêm desenvolvendo atividades não exclusivamente ligadas ao setor primário, como mostra a ocupação de 12,7% no setor de comércio e serviços e 11,6% nas atividades industriais. Todavia, entre os pequenos municípios o setor agropecuário se expande preferencialmente, orientado para a abundância de terras relativamente mais baratas (MATOS; FERREIRA, 2017) e detém a maior participação relativa (10,1%) dos imigrantes ocupados no setor primário (agropecuária, extrativismo vegetal e mineral, silvicultura e pesca) composta por 76.224 trabalhadores.

Contudo, ao isolar o contingente das ocupações elementares reconhecidas como “braçais” (216.045 pessoas) e ao ranquear em ordem decrescente o volume dos trabalhadores segundo ocupação, nota-se o predomínio das atividades ligadas ao comércio e serviços, com 95.555 trabalhadores imigrantes. Em segundo lugar, 87.611 trabalhadores qualificados ligados às atividades industriais. Caso fossem somados os 76.603 operários de instalações, máquinas e montadores, o setor secundário ocuparia o primeiro lugar. Em terceiro lugar, 76.224 pessoas no setor primário, o que contraria assertivas em que os pequenos municípios seriam essencialmente centros locais movidos por uma economia agrícola.

Outra informação relevante é a participação relativa dos imigrantes altamente qualificados presente nos grandes centros urbanos do Sudeste (17,3% dos profissionais das ciências e intelectuais). Castells (1999) nos diz que o trabalhador do “conhecimento” tende a ser absorvido pelos centros de excelência em ciência e tecnologia e nos grandes centros industriais-financeiros. A partir das informações supracitadas, faz-se em sequência discussões acerca do perfil dos ocupados de acordo com alguns recortes analíticos. Para proceder essa análise foram utilizadas somente as variáveis contidas no Censo Demográfico de 2010.

ESTRUTURA POPULACIONAL E RENDA DOS IMIGRANTES OCUPADOS

Analisando a inserção dos imigrantes no mercado formal, com relação à faixa etária e sexo, observa-se o predomínio de trabalhadores adultos do sexo masculino independentemente do tamanho do município, com idade preponderante entre as faixas etárias de 20 a 29 anos. Carvalho; Rigotti (2015) mostram que a concentração dos

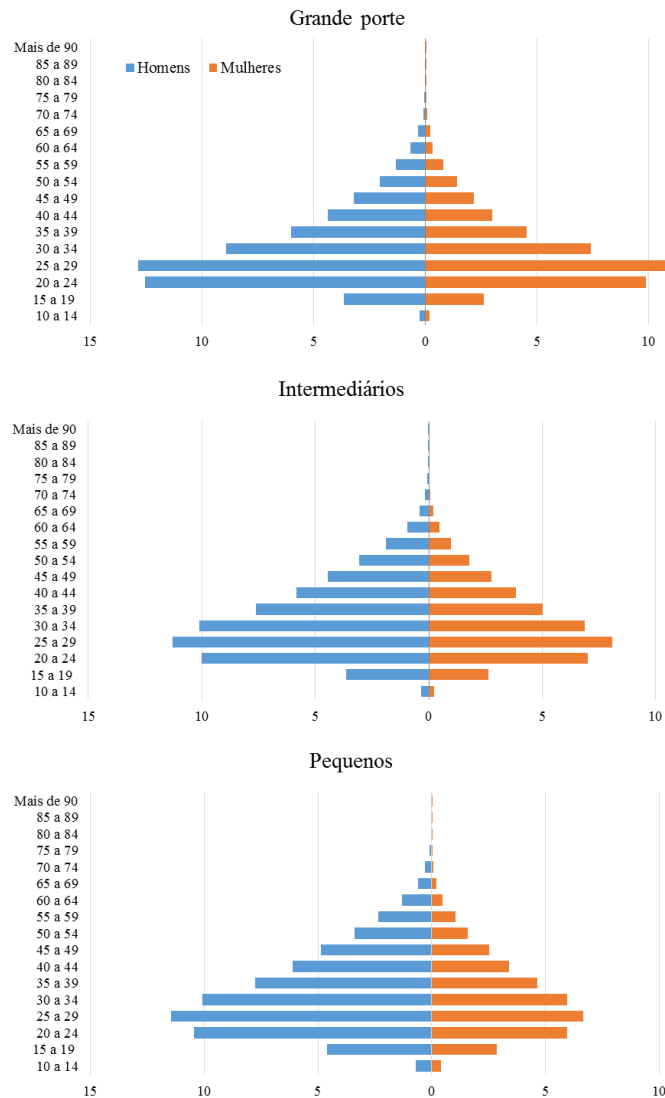
migrantes nestas faixas etárias indica uma clara seletividade etária nas migrações, reforçando a correlação existente entre distribuição de população e atividades econômicas.

No contexto migratório, o mercado de trabalho ainda tende a manter-se diferenciado segundo os papéis de gênero. Conforme Cavalcanti (2014), a predominância dos homens sobre as mulheres está relacionada com o vínculo formal no mercado de trabalho. Assim, a feminização das migrações tem relação com a precarização das condições do trabalho da mulher e pela ausência de um vínculo formal no mercado de trabalho. As ocupações ligadas à reprodução social, como: serviços de limpeza, cuidado de crianças e idosos etc., são predominantemente realizados pelas mulheres migrantes (BOYD, 1998; PARELLA, 2003). Esses aspectos da migração feminina ainda podem ser notados nas migrações internas no Brasil e nas migrações internacionais contemporâneas, mesmo diante do avanço dos direitos e emancipação da mulher.

A distribuição relativa por idade e sexo (Figura 3) indica a conformação de pirâmides com bases estreitas que dizem respeito à pequena presença de crianças. Em contrapartida, são pirâmides com corpo largo, em função da forte presença de adultos em idade ativa inseridos no mercado de trabalho. Neste caso, os adultos representam o maior volume de imigrantes ocupados, como supracitado. O ápice ou topo é ínfimo, dado ao baixo volume dos imigrantes a partir dos 60 anos.

Portanto, os dados reforçam as discussões de Cavalcanti (2014) ao dizer que as migrações são marcadas por pessoas em idade produtiva. Para a sociedade de destino, essa composição etária é benéfica, pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade. Assim sendo, os pequenos municípios têm recebido uma mão de obra que pode contribuir de forma decisiva para o crescimento destas localidades.

Figura 2- Pirâmide etária dos imigrantes ocupados no Sudeste brasileiro por classes de tamanho dos municípios



Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Dados trabalhados

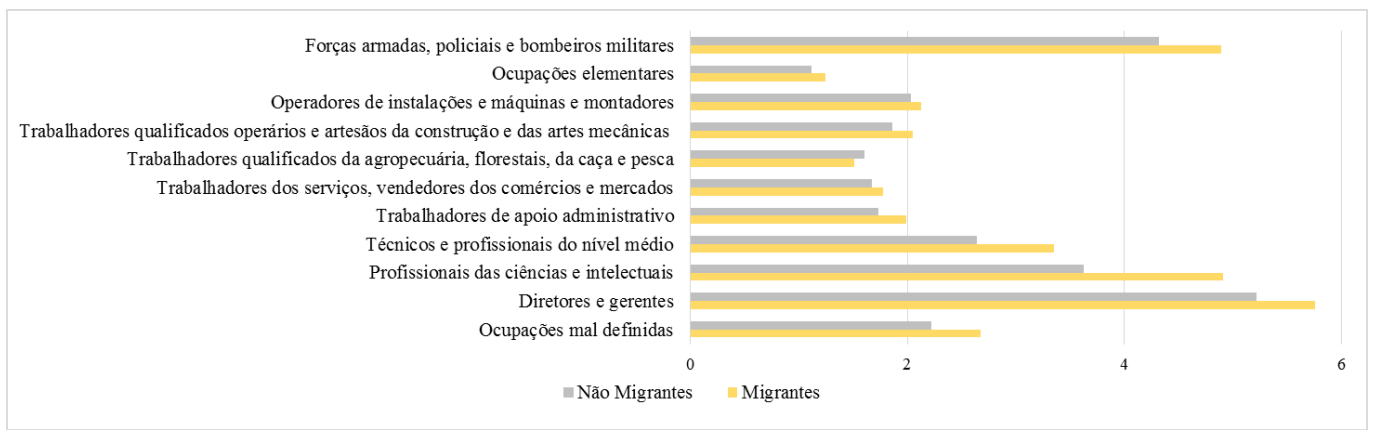
Ao cotejar a renda (rendimento bruto proveniente de todos os trabalhos, em número de salários mínimo) dos migrantes e não migrantes ocupados nos pequenos municípios do Sudeste (Figura 4), os resultados mostraram que os imigrantes ocupados possuem renda superior às dos não migraram,⁶ à exceção dos imigrantes ocupados nos ramos da agricultura que apresentaram renda inferior (1,5 salário) à dos trabalhadores que

⁶ Destaca-se que foram excluídos os casos dos imigrantes que embora declarassem que estivessem ocupados não possuíam renda.

não migraram (1,6 salário). Ou seja, estes trabalhadores agrícolas ocupados nos pequenos municípios têm baixos rendimentos.

Isso pode ter associação com o fato de que muitos estabelecimentos agrícolas nos pequenos municípios utilizam mão de obra temporária, praticam agricultura de pequeno porte ou agricultura familiar. É sabido que as propriedades familiares se caracterizam pela intensiva mão de obra familiar e eventualmente utilizam-se de trabalhadores de fora da unidade familiar (CARNEIRO, 1998).

Figura 3- Renda dos imigrantes e não migrantes por grupos ocupacionais nos MPP do Sudeste



Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Dados trabalhados

Conforme Hoffmann (1988), a análise das rendas recebidas sempre sofre limitações com a subestimação dos valores, em particular das rendas mais altas. No caso dos trabalhadores do setor primário, por existir rendimentos variáveis, cujos preços e custos oscilam sazonalmente, a renda por vezes é uma estimativa da média mensal no último ano. Del Grossi (1999, p.110) assevera que isso também ocorre na produção familiar, quando há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo e que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção consumida pela família e de definir uma renda média mensal também tem relação com a comercialização de gêneros que são sazonais, sendo assim, provavelmente, a renda também é subdeclarada.

AS ATIVIDADES GERADORAS DE EMPREGO NOS MPP DO SUDESTE

Os fluxos migratórios podem ser utilizados como indicadores de integração das várias frações espaciais. Ao escrutinar a distribuição das atividades econômicas mensuradas através dos grupos ocupacionais nos estados do Sudeste (Tabela 2) pode-se enumerar algumas conclusões sobre as características das atividades econômicas dos MPP que absorvem migrantes.

Tabela 2- Imigrantes de 10 anos ou mais de idade, ocupados no trabalho principal na semana de referência segundo grupos ocupacionais nos MPP do Sudeste

Setores de ocupação	Municípios de Pequeno Porte por Unidades da Federação			
	MG	SP	RJ	ES
Ocupações elementares	80.754	112.447	8.538	14.309
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e pesca	38.801	23.670	1.978	11.767
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	35.556	46.320	7.228	6.449
Trabalhadores qualificados operários e artesãos da construção e das artes mecânicas	32.284	44.387	5.516	5.426
Operadores de instalações e máquinas e montadores	27.807	41.973	3.353	3.474
Profissionais das ciências e intelectuais	22.632	24.172	4.133	4.061
Diretores e gerentes	10.026	12.445	1.759	1.511
Técnicos e profissionais do nível médio	15.059	16.901	3.511	2.286
Trabalhadores de apoio administrativo	10.982	15.170	2.190	1.916
Forças armadas, policiais e bombeiros militares	1.995	854	655	118
Ocupações mal definidas	18.533	25.710	3.501	2.281
Total	294.429	364.049	42.362	53.598

Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Dados trabalhados

- 1- As ocupações elementares que abrangem os trabalhadores de limpeza manual, carregadores responsáveis pelo transporte e armazenamento agropecuária e indústria, vendedores ambulantes, varredores de rua, coletores de lixo e de material reciclável correspondem a maior fatia dos postos de trabalho em todas as UF do Sudeste (27,4% em Minas; 20,2% no Rio e 26,7% no Espírito Santo) e entre os MPP de São Paulo correspondem a 30,9% das ocupações.
- 2- As ocupações ligadas ao setor primário (38.801 pessoas) captam o maior contingente de imigrantes em Minas Gerais. Entretanto, em termos de participação relativa deste setor ocupacional em relação ao total por UF, tanto os pequenos municípios mineiros (13,2%) quanto os capixabas (22%) alocaram os ocupados em atividades agrícolas;

- 3- O setor terciário notoriamente orientado pela expansão da urbanização, das comunicações e circulação (CASTELLS, 1999) é mais expressivo nos MPP paulistas (12,7%), mas a participação relativa deste setor é ainda maior entre os MPP cariocas (17,1%);
- 4- As ocupações referentes ao setor secundário (trabalhadores qualificados operários, artesãos da construção e das artes mecânicas acrescidas dos operadores de instalações, máquinas e montadores) concentram-se entre os pequenos municípios paulistas, agregando juntas 23,7% do total das ocupações na UF. Essa reorganização da indústria pelo território nacional, a partir das RM de São Paulo e Rio de Janeiro, também foi analisada por Coutinho (1998).
- 5- Os profissionais altamente qualificados como os das ciências e intelectuais se concentram (24.142) nos pequenos municípios de São Paulo, mas a participação relativa deste setor beneficia também os MPP cariocas (9,8%), possivelmente pela proximidade geográfica entre esses municípios e a metrópole do Rio de Janeiro.

Estes resultados estão de acordo com as discussões realizadas sobre a reestruturação urbana baseada na desconcentração demográfica e econômica. Autores como SINGER, 1985; MARTINE et al., 1988; CANO, 1995; CORRÊA, 1997; PACHECO; PATARRA, 1997; BAENINGER, 1998; FRESCA, 2010 e SPOSITO, 2010 advogam que o adensamento de atividades econômicas em localidades afastadas dos grandes centros urbanos, acompanhada da dispersão da população têm implicado no surgimento de novas centralidades urbanas no território nacional.

Gottdiener (1993, p.19) realiza uma interlocução ao discutir que o processo de desconcentração implica tanto um movimento socioeconômico que sai das cidades centrais mais antigas para áreas afastadas quanto a formação de densidade social em áreas afastadas. Assim, a desconcentração apreende a lógica de dispersão regional maciça de pessoas, comércio e indústria, juntamente com a reestruturação contemporânea para áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano.

Os dados em análise convergem com os de Matos; Ferreira (2017) ao explicitarem por meio de informações do CAGED, que em 2005, os estabelecimentos da agropecuária respondiam por 22% do emprego formal dos pequenos municípios do Sudeste, reduzindo-se para 17,8% em 2010 e para 15,1% em 2014. As razões desse declínio

estão associadas à distribuição intersetorial do emprego. Conforme os autores mencionados, existem outros setores econômicos que vêm empregando mais que a agropecuária no rol dos pequenos municípios, a saber: em ordem decrescente, a Indústria de Transformação, a Administração Pública, os Serviços e o Comércio.

Além disso, a oscilação das novas contratações indica o melhor desempenho desses setores em relação ao setor primário. Para Matos; Ferreira (2017), a Indústria de Transformação e o Comércio experimentaram um crescimento superior à média do Sudeste (4,1% a.a) entre 2005 e 2014 (4,68% a.a. e 6,13% a.a.), enquanto a Administração Pública e os Serviços, embora tenham se expandido a taxas inferiores que a média regional, tiveram um crescimento relativamente alto (3,37% a.a. e 3,38% a.a., respectivamente). Essas taxas, tão superiores às taxas de crescimento da agropecuária (0,39% ao ano), certamente explicam a redução de participação da agropecuária no período e apontam para mudanças relevantes que vinham ocorrendo no rol dos pequenos municípios.

Parece evidente uma conclusão geral acerca da distribuição das atividades econômicas nos MPP do Sudeste. Matos; Ferreira (2017) defendem que frente o processo de redistribuição demográfica, pode-se cogitar que os municípios de menor tamanho situados fora das áreas metropolitanas tendem a expulsar população em função da menor demanda de mão de obra que a agropecuária exige, afinal essa atividade preferencialmente localiza-se nesses espaços. Os dados ao serem discriminados por UF contrariam parcialmente essa assertiva, ao observar que o setor primário entre os pequenos municípios mineiros e capixabas ainda correspondem à maior participação absoluta e relativa das pessoas ocupadas, salientando uma forte presença de vida rural no rol destes municípios de pequeno porte.

Em relação às atividades ligadas à indústria, os pequenos municípios paulistas possuem destaque. Essa constatação pode ser cotejada com a assertiva de Matos; Ferreira (2017) ao afirmarem que a localização de plantas industriais vem se distanciando de áreas dotadas de forte centralidade, sobretudo em razão dos preços relativos de terrenos e facilidades de circulação que grandes empreendimentos exigem. Tal fato contribui para o fortalecimento das economias de pequenos municípios localizados fora de regiões metropolitanas.

Com relação às atividades comerciais e de prestação de serviços, com a generalização da urbanização e a multiplicação de cidades nos últimos 50 anos na região Sudeste (MATOS; FERREIRA, 2017), os percentuais de participação dos serviços são expressivos entre os MPP paulistas, embora seja também entre os MPP cariocas que, em termos relativos, detinham mais população migrante neste setor. Entende-se que o destino dos migrantes vem deixando de ser prioritariamente os centros urbanos tradicionais, uma vez que o dinamismo do mercado de trabalho das regiões afastadas das grandes aglomerações estaria reorientando os fluxos migratórios (MATOS, FERREIRA; 2004).

Esta investigação enfatiza o poder explicativo que o espaço adquire diante da organização das atividades econômicas, por isso a importância de distinguir subespaços compostos por pequenos municípios com relevância econômica no interior da região Sudeste.

CONCLUSÕES

Ao aprofundar as análises socioespaciais acerca dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro segundo critérios demográficos e econômicos, tornou-se evidente a conformação territorial de pequenos municípios capazes de agregar características similares conforme o comportamento econômico. Ademais, percebeu-se a importância dos MPP frente ao dinamismo demográfico e econômico regional impulsionado pela desconcentração econômica e generalização da urbanização brasileira. Pelos critérios empregados, foram tecidos dois níveis de análise: o que se baseia na distribuição dos grupos ocupacionais por pequenos municípios e internamente às UFs do Sudeste, com destaque para as atividades econômicas neles preponderantes.

Dado a intensificação do fenômeno migratório rumo aos pequenos municípios do Sudeste, verificou-se que em uma plêiade destas localidades houve uma diversificação das atividades econômicas viabilizada pela atração de imigrantes, principalmente nos segmentos da indústria e serviços. A dispersão das plantas industriais e a presença de pequenas indústrias pela região Sudeste podem ser fatores explicativos da performance econômica destes pequenos municípios. Tal fato, traz à baila a emergência de pequenos municípios que se tornaram protagonistas de atividades distintas não mais circunscritas às grandes aglomerações urbanas.

Contudo, é importante considerar que o peso do setor primário ainda é forte na economia de centenas destes municípios, principalmente daqueles localizados em Minas Gerais e Espírito Santo, onde o desenvolvimento da pluriatividade com a mescla de ocupações agrícolas e não agrícolas, como o turismo rural e a agroindústria familiar têm se constituído em amplas alternativas de ganhos econômicos. A dinâmica migratória recente mantém estreitos vínculos com as transformações deflagradas pela expansão econômica. Ao longo deste trabalho, foi possível observar alguns aspectos da distribuição territorial dessa expansão acompanhadas de novos arranjos populacionais ao evidenciar tendências inéditas relativas à participação regional dos pequenos municípios.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n. 15, n.2, p. 67–81, 1998. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/405/pdf_381. Acesso em: 12 ago, 2015.
- _____. Migrações Internas no Brasil: Municípios metropolitanos e não metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000 p. 535-562.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro, p.319-367, 1997.
- BOYD, M. Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas International Migration Review, Vol. 23, No. 3, **Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's**, p. 638-670, 1998.
- BRAGA, F. G. Sistema urbano, redes migratórias e integração territorial: um estudo da rede de localidades centrais do Brasil. 2006. 164f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- _____. Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. 2011. 129 f. **Tese** (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil:1930-1970**. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 228 p.
- CARVALHO, R. C. DE; RIGOTTI, J. I. R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 2, p. 235–256, 2015.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.

- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.
- COUTINHO, L. Cenários exploratórios do Brasil 2020: comentário. **Revista ANPEC**, Brasília, n.4, 1998.
- CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os Censos Demográficos como fonte de dados. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 39, p. 29–50, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a03.pdf>>. Acesso em: abril 2017.
- DA MATA, D; OLIVEIRA, C. W. A; et al. Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: CARVALHO, AX et. al. **Dinâmica dos Municípios**. IPEA. [S.l: s.n.], 2007. p. 289–322.
- DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- DAVIS, K. Social science approaches to international migration. In: TEITELBAUM, Michael; WINTER, Jay (Eds.). **Population and resources in western intellectual traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Evolução das ocupações nas famílias rurais e agrícolas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.
- FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81. 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/index.php/mercator/article/view/700>. Acesso em: ago, 2016.
- GAUDEMAR, J. P. de. Mobilité du travail et accumulation du capital. *Revue économique*, Paris, v. 29, n. 5 pp. 963-964. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/reco_0035-2764_1978_num_29_5_408422_t1_0963_0000_000. Acesso em: 10 dez, 2021.
- GOMES, N. F. M.; MATOS, R.; LOBO, C. A dimensão territorial dos municípios demograficamente dinâmicos do Sudeste brasileiro e seu desempenho econômico entre 2000 e 2010. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2017, p. 13229 - 13240. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2044/1392.pdf>. Acesso: 04 jan, 2018.
- GOMES, N. F. M.; MATOS, R.; LOBO, C. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SUDESTE BRASILEIRO. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 22, n. 8, 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/55927/32403>. Acesso em: 17 set, 2021.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Edusp, São Paulo, SP, 1993.
- HOFFMANN, R. **A subdeclaração dos rendimentos**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.2, n.1, p.50-54, 1988.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. de (ed.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p.89-114, 1980.
- MARTINE, G; CAMARANO, A. A; NEUPERT, R; BELTRÃO, K. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS

- POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. **Anais...** Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 19-65, 1988. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/456/442>. Acesso em: 10 out, 2016.
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.11, n.1, p.41-60, 1994.
- MASSEY, D S. The Social and Economic Origins of Immigration. In: **The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences**, v. 510, n.1, p.60-72, 1990.
- MATOS, R; FERREIRA, R. N. Inserção ocupacional de emigrantes das Áreas Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 83-100, 2004.
- MATOS, R; LOBO, C; GOMES, N. F. M. Municípios de pequeno porte do Sudeste; dinamismo demográfico e migrações internas. In: XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2016. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: 2016, p. 712-736. Disponível em: http://www.abep.org.br/xxencontro/files/_paper/712-736.pdf. Acesso em: 27 mar, 2017.
- MATOS, R.; FERREIRA, R. N. Brasil em crise e o emprego formal no Sudeste. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 61, p.150–164, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG186110>. Acesso em: 19 jun, 2017.
- MOREIRA, S. O; SANTOS, J. Mobilidade temporária do trabalho nos pequenos municípios, frente à reestruturação produtiva do capital. **Revista Pegada**, vol. 17, n.1, p. 173-199, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4402>. Acesso em: 26 jan, 2021.
- NOGUEIRA, O. J. O. Migrações Internas tentativas de se buscar uma teoria. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 38-47, 1991
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: Novos Padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 1., 1997. Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABEP, 1997.
- PARELLA, S. **Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación**. Barcelona: Anthropos, 2003.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Ed.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p.19-88, 1980.
- RENNER, C.H., PATARRA, N.L. Migrações. In: SANTOS, I.L.F. et. al (Coord). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T.A. Queiroz, p.236-260, 1980.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, p. 211-244, 1980.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.21, n. 1, p. 101-116, 2004.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v.35, n.1, p. 51–62, 2010.

TODARO, M. P. A model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries. *American Economic Review*, v. 59, p. 138-48, 1969.

Submetido em outubro de 2021

Aceito em janeiro de 2022